

A OFERTA DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL E MARANHÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ^{1/}

Demerval Viana David ^{2/}
Antonio Lima Bandeira ^{3/}
Orlando Monteiro da Silva ^{4/}

1. INTRODUÇÃO

Praticamente todos os países do mundo são produtores de arroz, concentrando-se a maioria deles na Ásia, destacando-se a China e a Índia, que ocupam o primeiro e segundo lugares, respectivamente, com produções acima de 100 milhões de toneladas (7).

No período 1976/89, houve um incremento na produção mundial de 39%, enquanto a área plantada reduziu-se em 11,7%. Este aumento foi em razão do crescimento da produtividade da ordem de 57,4% naquele período, creditado principalmente a países como Coréia, Japão, Indonésia e China (com produtividade acima de 4,5 t/ha). Segundo DAVID (6), a produtividade média mundial em 1989 era de 3.457 kg/ha, enquanto no Brasil a mesma atingiu 2.106 kg/ha. Com somente 2% da produção mundial (11,1 milhões de toneladas), o Brasil ocupa a nona colocação no "ranking" dos principais produtores. Apesar de ter o arroz como um dos alimentos básicos, o País não tem sido capaz de aumentar sua produção para atender ao consumo interno. Na década de 70, a produção brasileira de arroz aumentou 1,46% ao ano, enquanto a taxa de crescimento da população foi de 2,5% ao ano. Na década de 80, esse descompasso continuou, e o fraco desempenho da produção refletiu-se em constantes importações de arroz pelo Brasil (3).

Os dois principais sistemas de cultivo de arroz no País são o irrigado e o de sequeiro. O sistema de cultivo de arroz irrigado é amplamente difundido no Estado do Rio

^{1/} Aceito para publicação em 07.08.1992.

^{2/} EMBRAPA. CENARGEN 70.000 - Brasília, DF.

^{3/} Departamento de Economia Rural da UFV. 36570-000 Viçosa, MG.

^{4/} Departamento de Economia da UFV. 36570-000 Viçosa, MG.

- j. Observa-se, ainda, que, ao contrário do que se esperava, aumentos no volume de crédito de custeio (DC_{t-1}) são associados negativamente ao rendimento. Isso pode ser atribuído ao fato de os baixos valores básicos de custeio estabelecidos por um hectare não terem uma correspondência direta com o total aplicado na agricultura e, quase sempre, serem inferiores aos recursos suficientes para implantar um hectare em condições adequadas de uso de insumo. Uma política que visasse a aumentar o volume de crédito de custeio para o arroz no Rio Grande do Sul poderia não garantir elevação no rendimento, a menos que os VBCs fossem estabelecidos em níveis para atender aos custos por hectare implantado.

Finalmente, é oportuno alertar que não se recomendam políticas homogêneas para as duas regiões estudadas. Dada a decisão de ampliar a produção de arroz no Brasil, é necessário levar em consideração as peculiaridades de cada uma das principais regiões produtoras, sem o que se estará fadado a cometer sérios equívocos.

5. RESUMO

Em muitos Estados do Brasil, o arroz está entre os principais produtos, com uma grande parcela da renda gerada no setor agrícola. Este é o caso dos Estados do Rio Grande do Sul e do Maranhão.

Para analisar os fatores que condicionam a oferta de arroz nesses Estados, um modelo Nerloviano foi proposto e estimado por mínimos quadrados ordinários na forma recursiva.

Os resultados indicam muitas diferenças nos sistemas produtivos, e, portanto, políticas diferenciadas são recomendadas com o objetivo de aumentar a produção, e, ou, a produtividade em cada Estado.

6. SUMMARY

(THE RICE SUPPLY IN RIO GRANDE DO SUL AND MARANHÃO: A COMPARATIVE STUDY)

In many states of Brazil, rice is among the main agricultural products with a large share in the income generated in the agricultural sector. That is the case for the states of Rio Grande do Sul and Maranhão.

To analyze the factors conditioning the rice supply structure in each of these states, a Nerlovian model was proposed and estimated by ordinary least squares (OLS) in a recursive form. Results indicate many differences in the productive systems, and so, differentiated policies are recommended if the goal is to increase production and/or productivity in each state.

7. LITERATURA CITADA

1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, v. 29-50, 1967/1990.
2. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ministério da Agricultura. Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural-COMCRED. *Crédito rural: perfis de distribuição e dados estatísticos 1969-76*. Brasília, Banco Central do Brasil, 1977. V. 1, 3 e 4.